

Procurador-geral da Capital quer mais políticas públicas

/ JUSTIÇA

Rodrigo Stolzmann
rodrigost@jcrs.com.br

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) de Porto Alegre completou 100 anos no dia 5 de janeiro. Junto do centenário, um novo nome surgiu no comando do órgão. Trata-se de Jhonny Prado, procurador de 35 anos, que, a partir da sua posse, consolidou-se como o profissional que mais cedo chegou ao cargo. Em entrevista ao Jornal da Lei, o advogado reiterou o seu compromisso com o cidadão pelos próximos dois anos, além de falar sobre as bandeiras erguidas e as prioridades estabelecidas para o mandato. A reconstrução da cidade, a modernização do judiciário e a participação do capital privado apareceram como pontos centrais em seu discurso.

Jornal da Lei - O que significa assumir o cargo no ano do centenário e o que será feito em função dessa data?

Jhonny Prado - Sou procurador de carreira, então, estar à frente da casa em um momento tão histórico é bem gratificante. O nosso planejamento é mostrar para o cidadão a importância e o real papel da procuradoria: viabilizar a política pública. Seja analisando como fazer essa entrega ou analisando como ela vai ser melhor realizada, a Procuradoria está sempre em busca do interesse público e da vantajosidade econômica, evitando o desperdício de recursos e entregando o melhor serviço e equipamento para o cidadão.

JL - De quais formas a procuradoria pode e deve trabalhar em prol dos interesses da população?

Prado - Quando a gente pensa na Procuradoria, lembramos da defesa judicial e da arrecadação tributária, que também é importante, porque se transforma em serviço diretamente. Entretanto, a questão da viabilização de políticas públicas é muito recorrente também. O gestor muitas vezes não sabe como acessar aqueles instrumentos e a Procuradoria constrói essa segurança para que ele tome a decisão e entregue diretamente ao cidadão. A questão das enchentes demonstrou isso.

JL - Quais são as mudanças pretendidas na PGM em rela-



TÂNIA MEINERZ/JC

Johnny Prado irá liderar a PGM de Porto Alegre nos próximos dois anos

ção à gestão passada?

Prado - Como atuei um bom tempo como chefe de gabinete, estive do outro lado do balcão e sei como a Procuradoria pode ajudar o gestor. Vou tentar incorporar novas coisas a partir disso. Queremos a Procuradoria mais próxima do gestor. Temos o projeto de fortalecer os procuradores setoriais, que são os que dão o atendimento nas secretarias. Outro projeto é estruturar a Procuradoria para reconstruir a cidade. Estamos pensando em setores estratégicos para investir os bilhões que o município pegou de financiamento e estudando como podemos ajudar no gasto desse recurso.

JL - Tendo em vista a calamidade vivida em 2024, quais as dificuldades que a Procuradoria precisará enfrentar daqui para a frente?

Prado - Os procuradores demandam toda uma estrutura. Então, é preciso readaptar a Procuradoria para auxiliar esses novos setores que estão surgindo dentro da prefeitura, como o escritório de reconstrução e as unidades de gestão dos projetos específicos. É um desafio. Todos estes precisarão ter um procurador dedicado o tempo todo, porém, sem aumentar recursos e o número de procuradores. O desafio será readaptar a Procuradoria para a nova realidade. Mas tenho a convicção de que é possível e será bem feito.

JL - Quais as principais bandeiras que você pretende erguer e defender durante a gestão?

Prado - Acredito que uma das bandeiras é manter tudo que foi bem feito até então, pegar essa casa histórica e tentar adaptar às novas realidades, ao avanço da tecnologia. Acredito que seja o

principal desafio que a gente tem neste momento. E não porque não foi feito, mas porque estou assumindo a casa no momento da introdução da Inteligência Artificial na advocacia, no setor público. Isso tudo é muito novo. Então, a bandeira é adaptar a Procuradoria ao avanço da tecnologia

JL - Como pretende fazer essa implementação?

Prado - Estamos estruturando uma Procuradoria de inovação e novas tecnologias, que é algo que ainda não tinha, mas pensamos em desenvolver para esse mandato. Assim, vamos evoluindo e pesquisando o que tem de melhor, fazendo benchmark do que tem de melhor em outros estados para tentar incorporar em Porto Alegre. Vai ser um desafio longo, mas acho que vai melhorar bastante a entrega dos serviços ao cidadão e até melhorar a vida do próprio procurador, né?

JL - Considerando os projetos de concessão observados nos últimos anos, como a Procuradoria enxergará a ação conjunta entre os poderes público e privado?

Prado - Vejo com bons olhos. O Estado infelizmente não consegue entregar toda a comodidade, serviço e infraestrutura que a população precisa por falta de recursos próprios. É inevitável que o Estado se aproxime da iniciativa privada visando o cidadão. Não é sobre dar benefícios ou estruturas para iniciativa privada, é sobre utilizar da expertise dela para entregar um melhor serviço e equipamento. Muitas vezes o poder público está ali intervindo em uma atividade econômica que ele não nasceu para entregar. Viabilizar essas parcerias é uma das bandeiras da nossa gestão.

Opinião

Um caminho alternativo para bacharéis em Direito

Priscila Pinheiro

Atualmente, milhões de bacharéis em Direito não são inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que limita as possibilidades de "atuação direta" na profissão. Porém, poucos especialistas cogitam a possibilidade de atuar em outras frentes de uma área tão vasta e diversa como o Direito.

Trabalhar em tarefas administrativas e processuais, como protocolos e diligências, é algo viável nesses casos. Ainda que as atividades fora de campo não sejam exatamente o que boa parte dos especialistas deseja ao migrar para o mercado, elas contribuem para a aquisição de experiência, expansão da rede de contatos, geração de renda e sem a obrigatoriedade da inscrição na Ordem.

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que o índice de reprovação na OAB chega a 80% e grande parte dos candidatos faz, em média, quatro exames antes da aguardada certificação. Esses profissionais não estão habilitados para advogar, pois não foram aprovados em um requisito obrigatório para a atuação no País.

A correspondência jurídica emerge como uma ótima opção para estar presente no mercado. Fazendo parte desse ecossistema, os profissionais podem desenvolver

diversas demandas, como audiências e demais tarefas administrativas e processuais em nome de advogados e escritórios de advocacia.

Essa estratégia também traz benefícios significativos para os próprios escritórios que necessitam de suporte em outras localidades. Ao contratar um correspondente jurídico, independente da região, grandes deslocamentos são evitados, custos operacionais reduzidos e as demandas jurídicas, por mais simples que sejam, são atendidas por um profissional qualificado.

Ser um correspondente jurídico não precisa representar uma solução permanente. A alternativa contribui para a interação com outros profissionais, expandindo a chance do surgimento de novas oportunidades de mercado. Os benefícios de compreender os trâmites processuais podem ir além da simples otimização de habilidades e direcionar o futuro do especialista.

A profissão oferece um leque de possibilidades que garante aos bacharéis não precisem permanecer estáticos após a reprovação ou antes de prestar o exame. Nesse contexto, trabalhar na área mesmo sem inscrição na Ordem pode representar uma escolha interessante.

Cofundadora da plataforma Correspondente Dinâmico

NOTAS

• Na manhã da sexta-feira passada, foi lançado, na sede da Fase/RS, em Porto Alegre, o curso EAD do "Projeto Tamo Junto". A iniciativa, uma parceria entre prefeitura, Fase e o 3º Juizado da Infância e Juventude, visa capacitar profissionais para promover saúde emocional de adolescentes, tanto em medidas socioeducativas quanto fora desse contexto. Gratuito, o curso estará disponível na plataforma EducaPOA.

• Em 2024, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do RS realizou 30 operações e deu apoio a outras oito. Além da prisão de 101 criminosos, houve também o oferecimento de 80 denúncias ao Poder Judiciário, com 321 investigados denunciados. O total de medidas judiciais cumpridas foi de 106 mandados de prisão e 381 de busca e apreensão. Os números foram divulgados na sexta-feira.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323